

LGPD

Entenda a Lei Geral de Proteção de Dados

LGPD é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que veio para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e a livre formação da personalidade de cada indivíduo, assegurando a privacidade aos cidadãos através de regras para coleta, armazenamento e qualquer outro tipo de tratamento realizado com os dados pessoais.

A aplicação da LGPD cria uma relação mais transparente com os nossos clientes, trazendo um conjunto de regras que devem ser adotadas por todos.



LGPD

Entenda a Lei Geral de Proteção de Dados

Você sabe quais são os principais objetivos da LGPD?

1. Promover maior segurança jurídica no uso e tratamento de dados pessoais;
2. Fortalecer a confiança da sociedade na coleta e uso de dados pessoais;
3. Salvaguardar os direitos do consumidor na garantia da livre iniciativa e da livre concorrência;
4. Permitir que o cidadão tenha maior controle sobre seus dados, ao exigir a adoção de práticas transparentes e seguras no tratamento de dados;
5. Fomentar o desenvolvimento econômico e tecnológico.

LGPD

Entenda a Lei Geral de Proteção de Dados

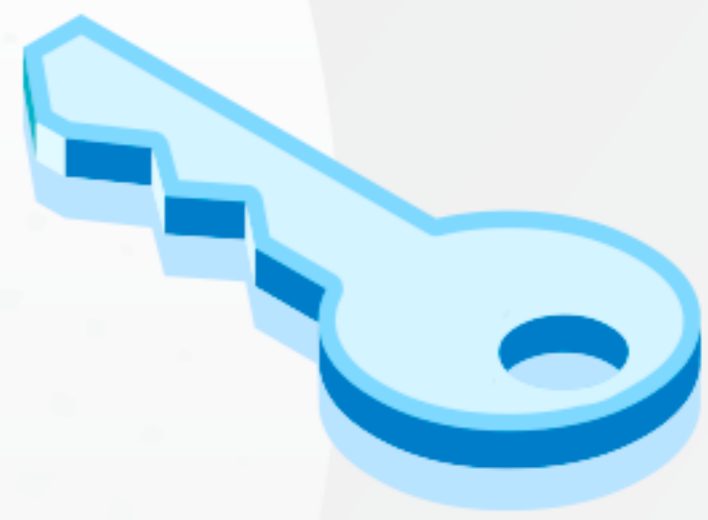
Você sabe qual a importância da adequação a LGPD para nossa Instituição?

A LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) é aplicada para pessoas físicas e jurídicas que coletam ou armazenam dados pessoais de forma digital ou física; também para órgãos públicos que tratam dados dos cidadãos; e em benefício de todos os brasileiros, titulares de dados.

O "tratamento de dados" é toda e qualquer atividade que utilize um dado pessoal para algum tipo de operação, dentre elas: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

A nossa Instituição coleta e trata dados pessoais em vários processos, por isso, precisamos que todos os nossos colaboradores e parceiros tenham a consciência e responsabilidade sobre as novas diretrizes de tratamento de dados pessoais.

O não cumprimento das determinações estabelecidas pela LGPD pode resultar em sanções administrativas diversas, dentre elas estão: advertência, multa simples, multa diária, publicização da infração, bloqueio dos dados pessoais e eliminação dos dados pessoais.



LGPD

Entenda a Lei Geral de Proteção de Dados

Já abordamos anteriormente que a nossa Instituição coleta e trata dados pessoais em vários processos, por isso, precisamos que todos nossos colaboradores e parceiros tenham a consciência e responsabilidade sobre as novas diretrizes de tratamento de dados pessoais.

Mas quais são os dados previstos na LGPD?

Dados pessoais: informações que identifiquem diretamente uma pessoa natural. Ex.: RG, CPF e informações que, com algum esforço, possam chegar à identificação da pessoa natural. Ex.: CEP, e-mail, histórico de compras etc.

Dados sensíveis: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Dados de crianças e adolescentes...



LGPD

Entenda a Lei Geral de Proteção de Dados

Quais são os nossos deveres como Instituição que coleta e trata dados pessoais em vários processos?

1. Estabelecer boas práticas de gestão de Segurança da Informação (S.I.), de acordo com a LGPD;
2. Garantir proteção de dados dos titulares;
3. Conceder acesso e visibilidade aos titulares, caso haja solicitação por parte deles;
4. Garantir os direitos dos titulares dos dados;
5. Obedecer aos princípios estabelecidos na LGPD.

Quais são os direitos dos titulares dos dados?

Considerando-se que os dados pessoais são direito personalíssimo, tutelado pela legislação, os titulares dos dados poderão, a qualquer tempo e mediante requisição, solicitar ao Controlador:

1. Confirmação da existência de tratamento;
2. Acesso aos dados;
3. Correção de dados;
4. Portabilidade dos dados;
5. Eliminação dos dados tratados com consentimento;
6. Informações sobre o compartilhamento de dados;
7. Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento;
8. Revogação do consentimento.

